

EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA VELHA.

Marco Antônio de Oliveira Gomes.
molgomes@directnet.com.br

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Eduardo M. Castanho
Faculdade de Educação – UNICAMP

Desde as origens do período Imperial até o início do século XX, o cenário político no Brasil vivenciou experiências que oscilaram entre a proclamação dos princípios liberais e o conservadorismo monárquico. Na verdade, tratava-se de um falso dilema entre liberalismo e conservadorismo. Para compreender a aproximação das manifestações liberais com as ações conservadora é necessário entender que para as elites, em que pese as divergências internas, tratava-se de manter intacto as estruturas herdadas do passado colonial: escravidão e latifúndio. A respeito do tema, Alfredo Bosi teceu com argúcia as seguintes considerações:

(...) Os nossos patriotas ilustrados cumpriram a missão de cortar o fio umbilical também na esfera jurídico-política. Sob a hegemonia dos moderados e, depois, dos *regressistas*, o liberalismo pós-colonial deitou raízes nas práticas reprodutoras e autodefensivas daqueles mesmos colonos, enfim emancipados. O seu movimento conservou as franquias obtidas na fase inicial, antilusitana, do processo, mas jamais pretendeu estendê-las ou reparti-las generosamente com os grupos subalternos. O nosso liberalismo esteve assim apenas à altura do nosso contexto. (...)

A pergunta de fundo é então: o que pôde, estruturalmente, denotar o nome *liberal*, quando usado pela classe proprietária no período de formação do novo Estado?

Uma análise semântico-histórica aponta para quatro significados do termo, os quais vêm isolados ou variamente combinados:

- 1) *Liberal*, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, *de produzir, vender e comprar*.

- 2) *Liberal* pôde, então significar *conservador da liberdade*, alcançada em 1822, *de representar-se politicamente*: ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.
- 3) *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade* (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) *de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica*.
- 4) *Liberal* pôde, enfim, significar *capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência*, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei das Terras em 1850. (BOSI, 1992, p. 199-200)

Dito de outra forma, o liberalismo representou, e ainda representa, em última instância, a defesa da ordem burguesa. Acrescentaríamos que em suas origens, o liberalismo representou a expressão da ascensão burguesa em sua luta contra o Antigo Regime europeu. E um dos grandes representantes das bandeiras liberais foi John Locke (1632-1704). Juntamente com Thomas Hobbes e Rousseau, é um dos principais representantes do justaturalismo ou teoria dos direitos naturais. Tal qual Hobbes, afirma que a origem do Estado está em um contrato, ou seja, os homens isolados no estado de natureza se uniram perante um contrato para constituir a sociedade civil¹. Em seu discurso contratualista, Locke um dos pais do liberalismo, defende um modelo de Estado cujo objetivo central é a conservação dos “direitos naturais” inalienáveis e intocáveis. O principal deles é o direito à propriedade privada. No entanto, na defesa de sua propriedade, o homem pode recorrer ao Estado. E, no caso, da omissão do Estado, está justificado o direito de insurreição. Ao sustentar a idéia do “contrato social”, que corresponderia à passagem do estado de natureza para as sociedades organizadas, Locke justificava a monarquia limitada e, ao mesmo tempo, dissimulava suas origens com um discurso de caráter universal. Frise-se aí o elitismo presente na raiz do pensamento liberal, já que a igualdade defendida é de natureza abstrata e puramente formal: não há igualdade real, quando só os proprietários têm plenos direitos.

Descontadas algumas diferenças com o liberalismo originário do “velho continente”, salta à vista do observador atento que a penetração da ideologia liberal em nossas terras foi

¹ Para Hobbes, o poder soberano deve ser absoluto, isto é, ilimitado. O legado do poder dos indivíduos ao soberano deve ser total, caso contrário, a liberdade levará novamente à guerra. É o medo e o desejo de paz que levam os homens a fundarem um estado social.

filtrada pelos interesses econômicos das elites proprietárias. Porém, cabe ressaltar que nem mesmo Adam Smith², que proclamou a superioridade do trabalho assalariado, condenou de forma categórica o trabalho escravo nas colônias. O discurso em nome da liberdade excluía, e ainda exclui a contestação dos pressupostos materiais da ordem estabelecida. Portanto, a elite proprietária não estava tão distante dos propósitos do liberalismo clássico.

Neste cenário conservador-liberal, o fim do Império e a Proclamação da República não representaram o rompimento com as formas de dominação de classes. As grandes propriedades continuavam imperando tanto no litoral como no interior do país. Necessidades mínimas estavam longe de serem atendidas. Na verdade, a adoção do regime republicano significou um projeto conservador sob a hegemonia de novos setores das oligarquias emergentes. É bem verdade que o advento da República eliminou as eleições censitárias, fortaleceu o federalismo e eliminou o Poder Moderador, mas as condições materiais de amplas camadas dos setores populares impediram a transformação da democracia abstrata em uma democracia concreta. Em suma: o regime instituído com a República era oligárquico, antidemocrático, e afastado dos interesses populares.

A situação de miséria e abandono das camadas de trabalhadores do campo e da cidade foi uma das características marcantes da chamada “República Velha”. Diante da configuração política e social, as revoltas na área rural, mesmo que destituídas de um projeto político transformador, foram uma constante. Os movimentos de Canudos, Contestado e o próprio Cangaço são exemplos, em última instância, da insatisfação presente entre os trabalhadores do campo. Por outro lado, as áreas urbanas também foram palco das manifestações da insatisfação popular, sobretudo o movimento operário.

1.1 As origens da indústria e do movimento operário no Brasil

Embora o Brasil se constituísse nitidamente em um país de economia agrária, a prosperidade econômica, motivada sobretudo pela economia cafeeira de exportação, incentivou o crescimento urbano e da indústria, que ampliava, por sua vez, a diferenciação

² O liberalismo econômico, cujo principal teórico foi Adam Smith, considera que existem leis inerentes ao próprio processo econômico – tais como a da oferta e da procura – que estabelecem o equilíbrio entre a produção, a distribuição e o consumo de bens em uma sociedade. O Estado não deve intervir na economia, mas apenas garantir a livre iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção. O liberalismo econômico defende assim a chamada “economia de mercado” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 163)

da sociedade brasileira em classes e camadas sociais. Porém, é necessário que se diga que o desenvolvimento econômico do Brasil se forjava de forma desigual, típico do modo de produção capitalista, onde quer que ele exista. Mas, no caso da economia brasileira, que se edificava em função dos interesses dos grupos capitalistas hegemônicos internacionais, essa desigualdade possuía algumas particularidades, que não descaracterizavam o modelo agroexportador dependente.

Dentro de todo esse processo, a concentração regional de renda foi uma marca do desenvolvimento capitalista no Brasil. O processo acelerado de urbanização, de diversificação da economia e a formação de uma classe operária, ainda que reduzida numericamente, foram características marcantes principalmente da região Sudeste.

Outro aspecto a ser salientado do desenvolvimento dependente e desigual relaciona-se umbilicalmente com a subordinação econômica. Assim sendo, é inegável a participação do capital inglês no processo de modernização material, principalmente através da construção de ferrovias, do melhoramento dos portos, da implantação de redes telegráficas, além de propiciar o financiamento para a expansão do cultivo do café. Dessa forma, uma fatia estimável dos lucros do capital era apropriada pelos capitalistas estrangeiros (bancos, firmas de importação e exportação etc.), fato que limitava a ampliação da economia brasileira, uma vez que parte significativa da acumulação de capital se fazia fora das fronteiras nacionais.

Os abismos sociais e econômicos constituíram-se em uma outra característica marcante do desenvolvimento da economia brasileira, fato que o surgimento das fábricas não alterou. A burguesia rural e urbana consolidava-se política e economicamente, enquanto o proletariado sobrevivia em condições miseráveis³. Inexistia qualquer higiene nos locais de trabalho.

Nesse momento de surgimento das primeiras fábricas no Brasil, a composição social dos trabalhadores da indústria era predominantemente de imigrantes e pouco se conheceu de uma legislação de proteção ao trabalhador e de assistência social. Nesses termos, pode-se afirmar que os interesses particulares da burguesia industrial expressavam-se na

³ “...Cada fábrica tinha um aspecto fosco e hostil de presídio, com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quando não recebiam ameaças de toda sorte.” (DIAS, 1962, p. 212)

inexistência de uma legislação de proteção ao trabalhador e nas condições miseráveis de regime interno de trabalho.

A exploração material dos trabalhadores no Brasil, o que não se constituía em uma novidade para o modo de produção capitalista, fundamentava-se em dois alicerces. O primeiro de natureza econômica: a quantidade de trabalhadores disponíveis no “mercado livre”. Na verdade, as leis abstratas da livre concorrência constituíam-se em mais um instrumento ideológico que mascarava a realidade concreta. Inexistia qualquer resquício de estabilidade no emprego: o crescimento do exército industrial de reserva efetivou-se graças ao grande número de imigrantes, além das crises periódicas ocorridas na produção cafeeira e a mecanização relativamente rápida das indústrias instaladas no Brasil.

O segundo fator relacionava-se diretamente à inexistência de uma legislação trabalhista.

Se, por um lado, as condições de vida e trabalho durante a Primeira República não eram satisfatórias para as camadas populares, isso não significa que, por um lado, tenha sido esse um período fértil quanto ao surgimento de leis trabalhistas que visassem amenizar o sofrimento do trabalhador urbano. (...)

No geral, entre 1891 e 1919, o Congresso e o governo pouco fizeram em termos de leis trabalhistas. O congresso, que se dizia incapaz de interferir nas relações entre capital e trabalho por defender princípios liberais, cumpria, na verdade, a efetivação de uma política conservadora. (GHIRALDELLI, 1987, p. 43-45)

Não é preciso dizer que as arbitrariedades eram constantes. A atitude em relação à inexpressiva legislação trabalhista existente era de clara desobediência, que contava com a conivência das autoridades do Estado. Para ilustrar a exclusão política dos trabalhadores, basta lembrar a frase atribuída a Washington Luís – Secretário da Justiça do Estado de São Paulo (e, nesta condição, chefe da polícia) e Presidente da República que seria deposto em 1930: “*a questão social é um caso de polícia...*”.

Nesse sentido, as dificuldades de organização e a repressão do Estado dificultavam a luta pela ampliação do espaço político dos trabalhadores na arena social. Um caso típico foi a atitude da Associação Comercial de São Paulo que organizava listas com o nome dos “indesejáveis”, para que não pudessem conseguir empregos. Outro exemplo foi o Governo

de Epitácio Pessoa, que transformou em 1921 a Ilha Rasa em presídio político, intensificando as prisões de lideranças operárias. Em suma, a truculência era a tônica das autoridades nas relações estabelecidas com o movimento operário.

Em resposta às greves de 1905 a 1908, o Congresso aprovou uma lei de expulsão de estrangeiros. Baseado nessa lei o governo procurara acusar os estrangeiros de “perturbações da ordem” e, respaldado pela legislação repressora, iniciava o processo de expulsão. Em 1912, após novas mobilizações, o Parlamento acentuou sua perseguição aos estrangeiros. O texto da lei de 1907 não autorizava a expulsão daqueles que provassem residência no Brasil por dois anos consecutivos, que fossem casados com brasileiros ou que fossem viúvos com filho brasileiro. Em 1912 o senador Adolfo Gordo, de São Paulo, autor da lei de 1907, apresentou novo projeto parlamentar de repressão aos estrangeiros. Pela nova legislação ficaram suspensas as salvaguardas contidas na lei de 1907; qualquer estrangeiro que “perturbasse a ordem” poderia ser deportado. (GHIRALDELLI, 1987, p. 47-48)

Dentro de um clima marcado pela hostilidade contra o movimento operário, os setores mais astutos das classes dominantes utilizam outros mecanismos de dominação. A atitude patronal expressava-se também através dos argumentos ideológicos pautados na defesa das “tradições pacíficas” e “ordeiras” do “povo brasileiro”, em oposição aos “agitadores” e “baderneiros”. Segundo Hardman e Leonardi:

Essa tem sido a tônica da ideologia burguesa em relação ao movimento operário: isolar a luta de classes como um fenômeno artificial, obra de agitadores vindos de fora, infiltrados nas fábricas e associações, germes contaminadores da “boa alma” do ordeiro operário nacional.(...)

A burguesia falava em “fantasmas” e “invasores”, mas, como boa crente, desenvolvia intenso exorcismo dentro e fora das fábricas. Era necessário extirpar o mal pela raiz: o alvo da repressão burguesa não eram os “bandidos infiltrados”, mas indiscriminadamente, a classe operária e o movimento como um todo. (...)

Em relação ao Código de Menores, por exemplo, os industriais paulistas lançaram mão de argumentos expostos na recente legislação fascista do trabalho, os quais invariavelmente diziam que o menor desocupado (jornadas menores) estava com as portas escancaradas para o vício e para o crime. (HARDMAN E LEONARDI, 1989, p. 61-67)

No entanto, a exclusão não se materializava “apenas” na miséria ou na repressão às organizações operárias. Basta lembrarmos das eleições marcadas pelo controle político das oligarquias. A rigor, porém, não existia nenhum dispositivo legal que impedisse a participação política e eleitoral do trabalhador. A República aboliu o voto censitário, que concedia direitos eleitorais somente a pessoas com certa renda ou propriedade. O sufrágio

tornou-se universal, embora tal conceito significasse a participação de poucos⁴. Na prática, a participação ficava restrita aos brasileiros (ou naturalizados), maiores de 21 anos, do sexo masculino, alfabetizados e que não fossem mendigos, soldados sem patente de oficial ou membros de ordens religiosas. O voto não era obrigatório.

Além dos fatores citados, cabe salientar o enorme contingente de analfabetos no Brasil. Conforme Ghiraldelli, o censo de 1890 apontava para 85% de analfabetos, dentro de um universo de 14 milhões de habitantes. (1987, p. 17) Dessa forma, o analfabetismo constituía-se em mais um fator determinante da exclusão na medida que criava obstáculos a instrumentalização das lutas operárias.

Segundo Florestan Fernandes:

(...) a Primeira República preservou as condições que permitiram, sob o Império, a coexistência de “duas Nações”, a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma ‘nação de mais iguais’), e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a “nação real”). As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização.” (FERNANDES, 1987, p.206)

Diante das difíceis miseráveis condições de sobrevivência e da exclusão política, os trabalhadores não ficaram inertes e passivos. Conforme salientamos na dissertação de mestrado, não faltaram iniciativas de luta e resistência dos setores mais combativos do proletariado contra a situação de exclusão. Nos instantes finais do século XIX os conflitos entre a burguesia e o nascente operariado ganharam novos contornos. As greves, até então restritas a uma fábrica, passaram a ser greves de todo um ramo industrial. É nesse contexto que verificamos o surgimento dos primeiros partidos operários. O pioneirismo coube ao Partido Operário, fundado em fevereiro de 1890 na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo não possuindo uma base territorial ampla, mas simplesmente local ou no máximo regional, o surgimento das organizações partidárias operárias indicam uma mudança qualitativa no processo de formação do operariado como classe. Cabe ressaltar também que no mesmo

⁴ No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência da alfabetização). O Código Criminal de 1890 da mesma forma restringia os direitos sociais, pois também possuía uma concepção restritiva de participação política. Segundo José Murilo de Carvalho, o referido Código: “*Tentou proibir as greves e coligações operárias, em descompasso com as correções que já se faziam na Europa à interpretação rígida do princípio da liberdade de contrato de trabalho. Foi a ameaça de greve por parte de alguns setores do operariado do Rio que forçou o governo a reformar logo os artigos que continham a disposição antioperária (205 e 206)*”. (1987, p. 45)

período foram organizadas as primeiras ligas e sindicatos de resistência destinados a mobilizar os trabalhadores para a luta econômica contra os empresários e, até, contra o próprio Governo. Porém, apesar da hegemonia inicial exercida pelas correntes socialistas⁵, foi a orientação libertária⁶ que conquistou a hegemonia no meio operário no alvorecer do século XX até o início dos anos 20.

De fato, com o crescimento dos movimentos grevistas, no início do século XX, tornaram-se freqüentes as acusações de que os socialistas promoviam a baderna e a desordem pública, sendo identificados com as correntes anarquistas. Contra tais denúncias, muitos socialistas colocaram-se em uma posição de questionamento das greves, argumentando que seus propósitos eram de reforma social, e não de revolução. Em outras palavras, enquanto os socialistas apegavam-se à luta dentro dos limites da ordem, e lutavam em vão pelo reconhecimento das reivindicações trabalhistas no âmbito das leis, as correntes libertárias contestavam a própria ordem republicana.

Segundo Nagle:

Quanto ao anarquismo, a fase principal de difusão deu-se durante os dois primeiros decênios deste século. Manifestou-se, fundamentalmente, sob a forma de organizações de beneficência, de socorros mútuos e de resistência, de lutas reivindicatórias e de comícios; especificamente, manifestou-se na organização dos movimentos grevistas – pelos quais procurava forçar os grupos capitalistas a tomarem medidas de melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários – e no exercício de pressões sobre os poderes públicos, federais e estaduais, para que fossem acolhidos, no Estado liberal brasileiro, determinados itens da legislação social. O movimento anarquista no Brasil, portanto, se desenvolve nas praças públicas e organizações de classe, e é dirigido sobretudo por líderes estrangeiros, principalmente italianos e espanhóis. São estes que difundem as idéias e as regras da ação social do anarco-sindicalismo, em periódicos, grande parte deles escritos em italiano, e nos quais a preocupação é menos com a teorização e mais com a assistência e o apoio aos movimentos operários. (NAGLE, 1974, p. 36-37.)

⁵ Segundo Victor Leonardi: *O primeiro partido operário brasileiro foi fundado em fevereiro de 1890 na cidade do Rio de Janeiro. A ata de sua instalação data de 1/2/1890 e teve lugar na Sociedade Aurora de São Domingos, na rua da Praia, n.º 190. (...) A grande imprensa da época tentou ignorar o fato ou, então, reagir imediatamente acusando os trabalhadores de vinculação com o 'socialismo alemão e o nihilismo russo', como fez o **Diário de Notícias** uma semana após a fundação de partido. Acusações desse tipo seriam uma constante em toda a história do movimento sindical e operário brasileiro, desde essa época até aos dias atuais".* (1989, p. 301)

⁶ É possível distinguir entre os **libertários** duas correntes: os **anarquistas**, que propunham a transformação do capitalismo para uma sociedade Anarquista através da ação direta dos excluídos derrubando o Estado e construindo a nova sociedade, constituída por produtores independentes ou por cooperativas; e o **anarco-sindicalismo**, que apostava no sindicato como arma de luta para a construção da sociedade libertária.

No entanto, cabe ressaltar que o movimento de resistência do operariado brasileiro não se desenvolveu de forma linear, mas sim através de um longo caminho marcado por avanços e recuos ocorridos em função da correlação de forças no interior de uma sociedade de classes. Por outro lado, também é verdade que alguns sindicatos dispunham-se a colaborar com os governos da república, em troca do atendimento de pequenas reivindicações.

Até o início dos anos 20 do século passado, foram constantes as greves e manifestações operárias. Porém, os anos seguintes assistiram ao declínio da hegemonia anarquista entre os setores mais combativos do operariado. Poderíamos citar diferentes razões: acanhado grau de sindicalização, elevada taxa de desemprego – o que desvalorizava a mão-de-obra e embaraçava a organização dos trabalhadores –, o isolamento dos anarquistas, cuja ênfase dada a uma atitude libertária individual e à espontaneidade absoluta do movimento operário acabava por impedir uma visão mais clara em relação ao problema das liberdades democráticas⁷. Além desses fatores, a intensa e violenta repressão ao movimento operário e aos anarquistas com a expulsão de estrangeiros envolvidos com as lutas do operariado, acusados de atentar contra a segurança pública, e a hostilidade do recém fundado Partido Comunista (1922)⁸. Os dirigentes do PCB combatiam os anarquistas por se recusarem a travar a luta política através de um partido da classe operária e por não buscarem alianças com os demais setores da sociedade, fato que salientei em minha dissertação de mestrado.

1.1.1 As perspectivas de educação dentro do movimento operário na República Velha.

Com um horizonte político marcado pela exclusão, percebe-se que o operariado no Brasil sequer possuía representatividade política. Os partidos políticos ligados aos trabalhadores estavam praticamente condenados à ilegalidade. Cabe ressaltar que

⁷ A negativa de lutar politicamente contra o Estado oligárquico levava a um isolamento social do movimento operário, o que acabava correspondendo, de maneira contraditória, à própria exclusão e recusa de cidadania social que o Estado impunha aos operários.

⁸ Como as demais agremiações comunistas que nasceram na esteira da Internacional Comunista, o PCB adotou como um dos seus princípios a defesa incondicional da Revolução Russa. Dessa forma, o partido aceitou sua subordinação integral às diretrizes traçadas pelo Comintern e passa a aplicar disciplinadamente as resoluções desse organismo.

predominava nos discursos das elites o xenofobismo contra os imigrantes e o preconceito contra o trabalhador em geral: a imagem do trabalhador era de um perigoso marginal “agitador”, espécie de desordeiro infiltrado nas fábricas, ou ainda um incapacitado que precisava da “proteção” do empresariado. Na verdade, o interesse patronal em direcionar os caminhos da formação do proletariado expressava-se em diferentes formas. Não era possível utilizar apenas a estratégia da violência, já que necessitava garantir a unidade no interior do processo produtivo.

A imprensa operária em São Paulo denunciou com alguma veemência, no final dos anos 20 e início dos anos 30, a presença mais concreta e efetiva da classe dominante nos bairros operários, nas suas associações recreativas, em seus clubes de esportes, futebol...e a presença mais efetiva de instituições como a Igreja o controle da vida operária. Não há dúvida que se tentou estabelecer de inúmeras maneiras um domínio mais direto sobre a vida do operariado por parte das classes dirigentes e instituições fora dos locais de trabalho à medida que o proletariado surgia como força social importante na cidade, configurando ameaça velada ou aberta para a ordem constituída. (DECCA, 1987, p. 88)

Por isso mesmo, a ação do empresariado, em alguns momentos, através das “concessões” tornou-se um elemento da construção da imagem paternalista⁹. A instalação de cooperativas, restaurantes, vilas operárias, entre outros, era um esforço explícito de negar os conflitos de classe, já que todos, patrões e operários, constituíam-se, de acordo com essa perspectiva, em indivíduos com os mesmos interesses. Convergente com essa perspectiva ideológica conservadora havia as propostas ligadas ao ensino profissional, visto pelas elites dirigentes como um antídoto contra as idéias subversivas implantadas “artificialmente” no meio proletário pelos imigrantes. No entanto, apesar dos “esforços” do empresariado, as lutas de classe não cessaram, e suas medidas paliativas não materializaram as chamadas “liberdades democráticas”, enquanto forma de dominação burguesa, presente em algumas nações capitalistas hegemônicas. Nesse sentido, nem a educação pública estava na pauta das elites, apesar do discurso de alguns de seus representantes, fato que não deve causar estranheza para ninguém. A situação era de omissão.

⁹ Jorge Street constituiu-se em um bom exemplo da ação paternalista de alguns setores do empresariado. Manifestou-se favorável ao reconhecimento dos sindicatos operários, como também a adoção de uma legislação trabalhista. Em 1928, participou da fundação do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), fazendo parte da sua primeira diretoria. A partir de março de 1931, colaborou na organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, participando na elaboração de diversas leis trabalhistas, inclusive da que regulava a sindicalização. Em 1934, participou da fundação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), fazendo parte de sua primeira diretoria.

Enquanto que em boa parte da Europa, no início do século XX, o problema do analfabetismo estava praticamente reduzido a índices muito baixos, e os trabalhadores concentravam suas reivindicações referentes à educação nas questões ligadas à qualidade de ensino, no Brasil a luta era completamente diferente. No Brasil tratava-se de lutar, em primeiro lugar, pelo mínimo, pela alfabetização, pela escola de “ler, escrever e contar”. (GHIRALDELLI, 1987, p. 87)

A educação para os intelectuais da época, comprometidos com a manutenção do *status quo*, ou quando muito, com reformas dentro dos limites da lei, pautava-se pela perspectiva liberal que associava a miséria com a ausência de escolaridade. No entanto, efetivamente, pouco se fez pela educação pública nos primórdios da República no Brasil.

É no interior desse cenário, marcado pelo analfabetismo, que constituía-se em um obstáculo à divulgação das idéias sobre as lutas do proletariado, além do próprio desenvolvimento das organizações operárias, que verificamos o surgimento de diferentes iniciativas das lideranças proletárias comprometidas com a formação política dos trabalhadores, mas que foram silenciados ao longo da chamada República Velha pela ação repressiva do Estado. Entre as iniciativas no âmbito da educação, podemos identificar as correntes: socialista, libertária e comunista.

1.1.2. Os socialistas e a educação.

Apesar da heterogeneidade verificada no meio operário (composição etária, sexual, diferenças regionais, categorias de trabalho, a questão das nacionalidades, distribuição geográfica), o proletariado no Brasil se forjou como classe social através das experiências de lutas concretas. Diante das condições materiais construídas historicamente, os operários viviam e, ainda vivem, na qualidade de força de trabalho explorada e oprimida pelas formas diversas do capital. Assim sendo, a resistência dos trabalhadores foi o desenlace possível diante das relações de opressão. No entanto, as formas de resistência variaram em funções das condições historicamente estabelecidas.

Entre as lideranças pioneiras da nascente classe operária brasileira encontraremos certamente a forte presença dos socialistas. É bem verdade, que sua atuação foi pequena, se levarmos em conta as condições concretas de surgimento e organização do proletariado. Porém, temos que levar em consideração que no crepúsculo do século XIX a escravidão mal havia terminado no Brasil, o latifúndio com produção extensiva para exportação

continuava intocável e os centros urbanos não eram expressivos. A incipiente classe operária, cuja formação ocorreu a partir da imigração e da utilização de mulheres, crianças, ex-escravos, entre outros, chegava a trabalhar 15 horas por dia. Cabe ressaltar que dentro desse cenário sombrio reinava uma enorme massa de analfabetos, que dificultava a organização dos trabalhadores e a difusão das idéias socialistas.

Nesse sentido, como organizar os trabalhadores diante de um quadro marcado pela miséria e com grau de analfabetismo assustador? Essa e outras questões certamente estiveram presentes nos meios operários em finais do século XIX e no início do século XX.

Como vender jornais socialistas, divulgar panfletos, organizar os operários em sindicatos sem respaldo mínimo de grupos alfabetizados? Sem dúvida, esse seria um impasse insolúvel frente às disposições imediatistas dos trabalhadores socialistas da Primeira República. Como colocou Lênin em 1921: como fazer política sem o pré-requisito da alfabetização? (GHIRALDELLI, 1987, p. 88)

Dessa forma, os diferentes grupos socialistas escolheram combater o problema através de duas frentes. De um lado, criticavam a omissão do Estado na criação e manutenção das escolas públicas. Por outro lado, algumas organizações socialistas organizaram suas respectivas “escolas operárias”, além de bibliotecas populares com fundos obtidos através do movimento sindical. Dessa forma, o movimento socialista presente no país colocou pela primeira vez a vinculação entre política e educação, como instrumento de organização dos trabalhadores, o que sem dúvida não se enquadrava perfeitamente nos moldes do liberalismo, ainda que houvesse algumas concessões de alguns setores.

A bem da verdade, o discurso socialista apresentou colorações diferentes segundo as respectivas perspectivas teóricas dos grupos presentes em terras tupiniquins. Em um quadro bastante simples, as concepções socialistas presentes no alvorecer da Primeira República foram marcadas por projetos que nem sempre rompiam com a ordem burguesa, ainda que houvesse críticas contundentes. Dessa forma, o reformismo penetrou no ideário socialista em nossas terras. Cabe ressaltar que a produção de Marx era praticamente desconhecida ou chegava até o Brasil através de inúmeros filtros. Diante do cenário exposto, os pressupostos presentes nos diferentes movimentos que levantavam a bandeira do socialismo no Brasil iam ao encontro de uma perspectiva que defendia a conquista de condições civis essenciais para o mundo do trabalho urbano.

Segundo Ghiraldelli:

É claro que o discurso socialista variava muito; algumas passagens combativas e aguerridas, e que inauguravam novas formas de entender a questão educacional, se confundiam com passagens altamente comprometidas com a ideologia dominante. (GHIRALDELLI, 1987, p. 91)

Assim sendo, se não houve unidade absoluta quanto ao projeto educacional defendido pelos diferentes grupos socialistas, é possível identificar alguns pontos em comum: a) a luta pela gratuidade da educação; b) a defesa da educação laica; c) a reivindicação do ensino técnico-profissional. Porém, não havia uma explicitação clara dos procedimentos pedagógicos utilizados.

De toda a forma, as práticas adotadas pelos grupos socialistas devem ser entendidas no contexto de seu tempo. As instituições organizadas pelos operários socialistas enfrentaram uma série de obstáculos típicos de uma sociedade marcada pelo domínio das oligarquias agrárias¹⁰: o alto índice de analfabetismo presente na sociedade brasileira, principalmente entre os trabalhadores; a organização dos estabelecimentos de ensino com classes compostas por uma clientela extremamente heterogênea em termos de faixa etária; as enormes dificuldades econômicas em manter os estabelecimentos de ensino.

Dentro das fileiras do socialismo, a didática utilizada nas instituições escolares operárias constituiu-se em alguns fundamentos básicos. O conteúdo pedagógico socialista negava veementemente o ensino religioso e dogmático, caminhando cada vez mais na direção de uma instrução científica. Nesse sentido, buscaram o desenvolvimento da integração entre o elemento intelectual e operário, além da insistência da instrução através de todas as instituições possíveis dentro da sociedade civil que tivesse contato com o trabalhador.

1.1.3 A experiência anarquista na Primeira República: a educação para a nova sociedade.

A peculiaridade da pedagogia anarquista se expressa pela crítica de toda e qualquer ação no processo educativo que legitime e reproduza as relações de dominação e exploração. Nesse sentido, os libertários consideravam fundamental a questão da educação

¹⁰ Segundo Ghiraldelli, há registros de escolas operárias em quase todos os Estados brasileiros no período da República Velha. (p. 96)

ao tratar do problema da transformação social: não apenas a educação escolar, mas também a educação informal, realizada pelo conjunto das relações sociais e daí sua ação cultural através do teatro, da imprensa e das ações que objetivavam a alfabetização e educação dos trabalhadores, seja através dos sindicatos seja através das associações operárias.

Conforme os apontamentos de Gallo e Moraes, os anarquistas deixaram suas marcas na educação brasileira no âmbito do movimento operário, principalmente no período inicial da República. Nesse aspecto, os imigrantes não trouxeram apenas bagagens, mas também o ideal de um mundo novo. (2005, p. 91) Assim sendo, a ação dos anarquistas principiam com uma crítica à educação tradicional, oferecida pela sociedade capitalista, tanto nas escolas públicas quanto nas instituições privadas – mantidas em grande medida pelas instituições religiosas. A principal crítica dirigida à educação burguesa dizia respeito ao seu caráter ideológico. Em outras palavras, a escola se constitui em um instrumento de reprodução dos preconceitos presentes na sociedade burguesa. Trata-se, dentro da perspectiva anarquista, de romper o círculo vicioso entre a miséria material dos trabalhadores, a ignorância e o preconceito, de instrumentalizar o proletariado na formação de indivíduos autônomos, críticos, solidários e amantes da liberdade.

Nesse sentido, desejam uma educação a serviço da transformação social, o que leva os libertários a denunciarem através de seus órgãos de comunicação as injustiças sociais do regime com objetivo de despertar a consciência dos trabalhadores. De uma maneira geral, defendiam a autogestão como a única forma de democracia concreta, idealizando-a enquanto ação direta a partir de uma consciência de classe que objetivasse a libertação do proletariado. É justamente neste aspecto que se aproximam os laços entre o desejo revolucionário e uma pedagogia fundamentada no princípio da liberdade.

Porém, os libertários encontraram obstáculos concretos para a difusão da doutrina anarquista: o analfabetismo entre os trabalhadores; as dificuldades materiais de organização das escolas, além da repressão do Estado. Por isso, consideravam a difusão da instrução como instrumento básico para a sobrevivência do movimento operário, assim como para a construção do “homem novo”.¹¹ Diferente da perspectiva liberal, que apresentava a educação como fator de desenvolvimento individual, os anarquistas consideravam o conhecimento como uma ferramenta necessária das lutas operárias. Era cristalino para a

¹¹ O grande contingente de analfabetos no interior do movimento operário obrigava a leitura dos jornais em voz alta em grupos, durante o horário de almoço ou nos sindicatos. (GALLO e MORAES, 2005, p. 91)

maior parte dos integrantes do movimento anarquista que a educação não era o único agente de transformação social, e muito menos o principal instrumento revolucionário, mas era evidente para eles que, sem as mudanças na mentalidade dos trabalhadores, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação livre do dogmatismo, a revolução não poderia atingir a plenitude desejada.

Para os libertários, ao contrário do discurso disseminado pelas elites da época, a instrução da população não fazia parte de um projeto de “desenvolvimento harmonioso do país”. A conquista da educação popular e dos instrumentos culturais assambarcados pelas classes dominantes inseria-se no bojo de um projeto de ruptura social. (...)

Esse comprometimento da educação com as perspectivas revolucionárias, que extravasava nos discursos dos militantes libertários brasileiros era, em verdade, um exercício de incorporação das teses dos anarquistas europeus. (...)

Dentro dessa linha de vinculação explícita entre educação e combate político, os libertários passaram, dia a dia, a insistir na necessidade da educação enquanto instrumento de atuação social. (GHIRALDELLI, 1987, p. 103-104)

Dessa forma, além da militância em sindicatos e associações, os libertários incluíram em suas atividades a criação de escolas. Porém, ao contrário dos socialistas, a luta não era pela educação pública e gratuita, mas sim por uma escola “livre” da ação do Estado e da Igreja, entendidos como instituições comprometidas com a manutenção da ordem capitalista. O tom da crítica era de acusação: o poder econômico, associado ao poder político, controlava as instituições dóceis aos interesses particulares, e o sistema escolar contribui para a manutenção da ordem. Assim sendo, os anarquistas desejavam a construção de uma nova educação, que com uma metodologia diferente fosse capaz de formar adultos descomprometidos com a velha ordem social. Todavia, cabe ressaltar que, ainda que condenassem a educação pública-estatal como instrumento de dominação burguesa, os anarquistas não deixaram de incorporar em alguns momentos as críticas contra a omissão do Estado para com a instrução. (GHIRALDELLI, 1987, p. 105)

Na verdade, o fato é que predominou a visão da escola como instrumento doutrinador a serviço do capital sem levar em conta que a participação do Estado era pífia na área educacional durante a Primeira República. Porém, não podemos esquecer que a perspectiva anarquista tinha um forte componente externo marcado pela influência belicista dos anos 10, fato que deixou marcas no discurso internacionalista e antibelicista dos anarquistas. Dessa forma, a escola oficial ou religiosa deveria ser combatida com todas as armas.

A divulgação da pedagogia anarquista, sem dúvida, esteve associada ao surgimento das primeiras organizações sindicais, aos congressos operários e da própria imprensa proletária¹². Tais instituições foram as responsáveis diretas pela criação das escolas libertárias no Brasil. Nesse sentido, é possível identificar duas correntes dentro do movimento anarquista: a Educação Integral, associada ao nome do anarquista. Paul Robin (1837-1912)¹³, e a Educação Racionalista, ligada às obras de Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909)¹⁴.

Em que consiste a educação integral preconizada por Robin?

O termo integral, quando aplicado à educação, engloba três aspectos: a dimensão física, a dimensão intelectual e a dimensão moral. Robin insistia, ademais, na necessária interação existente entre as três dimensões, pois a educação integral não deveria ser entendida de modo algum, “com a acumulação forçada de uma quantidade infinita de idéias sobre todos os fenômenos”. A educação integral, dizia, “é antes de tudo *cultura*, desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades humanas. Inclui saúde, vigor, beleza, inteligência e bondade. Baseia-se, exclusivamente, em realidades experimentais e, assim, despreza as concepções metafísicas fundadas na pura imaginação e no sentimento”. (LUIZZETTO, 1987, p. 55-56)

Uma análise mais detida sobre as atividades educacionais desenvolvidas no interior do movimento anarquista no Brasil costuma enfatizar a sua aproximação, em um primeiro momento, com Paul Robin, que ganhou destaque em algumas publicações comprometidas com o movimento libertário. Segundo Ghiraldelli:

A idéia central na proposta de Educação Integral, e desenvolvida nas experiências pedagógicas de Robin, era a da máxima importância à atividade e ao trabalho; pois o trabalho era encarado como o fundamental

¹² Em diferentes escolas libertárias, os jornais operários serviam de suporte técnico para as aulas através de seus artigos, muitos deles contendo a tradução de textos de educadores anarquistas estrangeiros. Dessa forma, ao mesmo tempo que forneciam textos para análise e estudo dos alunos, divulgavam as idéias anarquistas e as experiências pedagógicas libertárias desenvolvidas em outros países.

¹³ Robin acreditava que o ser humano deveria ser educado em sua integralidade para o seu desenvolvimento em plenitude. Segundo Gallo e Moraes, a “...*educação integral compreendia os seguintes aspectos: a educação intelectual, que consistia na socialização da cultura e dos saberes produzidos pela humanidade; a educação física, que consistia no desenvolvimento físico, por sua vez tomado em três aspectos (uma educação esportiva; uma educação manual e uma educação profissional); e a educação moral, que consistia numa vivência coletiva da liberdade e da responsabilidade.*” (2005, p. 90) Cabe ressaltar, que a educação proposta por Robin negava as noções apriorísticas, procurando atingir, dessa forma, o ensino religioso e o chamado ensino tradicional.

¹⁴ Os princípios da **educação racionalista**, conforme as propostas de Ferrer, encontram reunidas no livro **La escuela moderna**. Conforme os apontamentos de Gallo e Moraes, o intelectual catalão criou um método pedagógico que denominou de **pedagogia racional**, com forte inspiração positivista. Tratava-se de um ensino ativo, no qual os educandos eram instigados a fazerem suas próprias descobertas científicas. (2005, p. 90) O envolvimento dos libertários com as propostas educacionais de Ferrer foi incentivado, fundamentalmente, pela mais conhecida obra do educador espanhol, a Escola Moderna de Barcelona, fundada em 1901.

princípio educativo. A produção era a própria vida do homem, portanto, uma educação ligada à vida deveria, naturalmente, levar em conta a atividade produtiva do homem. (GHIRALDELLI, 1987, p. 113)

Em outras palavras, Robin defendia a união entre teoria e prática; isto é, o conhecimento deve ser adquirido através da observação da natureza; o estudo da produção industrial deve ocorrer dentro das oficinas; o estudo das ciências, dentro dos laboratórios. Por essa razão, rejeitava as noções apriorísticas. Segundo Gallo e Moraes, tal proposta desenvolvia-se através de uma “*pedagogia da pergunta*”, através do qual os educandos eram levados a questionarem-se sobre a produção do conhecimento, confrontando-o com o saber sistematizado nos livros. (2005, p. 90)

Por fim, cabe ressaltar que todas as relações estabelecidas no âmbito escolar entre professores, alunos e servidores em geral são encaradas como educativas. Por isso, a defesa da co-educação dos sexos, livre de dogmas, de preconceitos cuja essência era o respeito à liberdade.

A obra de Ferrer y Guardia, idealizador e diretor da Escola Moderna de Barcelona, constituiu-se em outra experiência importante que deixou marcas no movimento operário. A presença das idéias de Ferrer na imprensa operária anarquista, no sentido de difundir o Ensino Racionalista, ganhou destaque à medida que as lideranças libertárias tomaram conhecimento da prisão e morte de Ferrer. Marcadamente anticlerical, Ferrer condenava as escolas católicas. Segundo Luizetto:

(...) Na Espanha, assim como em toda a parte onde a Igreja detinha o controle de uma parte significativa da rede escolar, praticava-se ao seu ver, uma “pedagogia medieval, subjetiva e dogmática”. As conseqüências disso não poderiam ser piores: “a criança, antes de ingressar na escola, forma-se com os erros tradicionais perpetuados pela ignorância das mães; depois, na escola, aprende a partir de dogmas impostos pela mentira sacramental e por uma suposta revelação divina. De homens e mulheres assim deformados e degenerados não se pode esperar, por uma lógica relação entre causa e efeito, senão a repetição de comportamentos e atitudes irracionais e perniciosos”. Ferrer não se opunha apenas ao ensino religioso. Tampouco lhe agradava a tão comentada quanto elogiada experiência francesa no domínio da educação laica.

As obras assinadas por partidários do laicismo e as escolas organizadas segundo suas idéias deram, sem dúvida, um passo importante ao proclamarem a separação entre o Estado e a Igreja. Todavia, as chamadas escolas laicas, fossem ou não francesas, substituíram o ensino religioso pelo ensino político, o dogmatismo pelo patriotismo, de sorte que, na verdade, avançaram muito pouco: “Deus foi substituído pelo Estado; a

virtude cristã pelo dever cívico; a religião pelo patriotismo; a submissão e a obediência ao rei, ao aristocrata e ao clero pelo acatamento ao funcionário, ao proprietário e ao patrão”. Em síntese, o ensino praticado nessas escolas era tão deturpado, pernicioso e irracional quanto aquele ministrado nas escolas confessionais. (LUIZZETTO, 1987, p. 59-60)

Na verdade, a proposta pedagógica de Ferrer constitui-se em uma crítica aos postulados da educação laica, religiosa, assim como do chamado educação “neutra”. Afinal, entendia que a educação oficial seja ela laica ou religiosa, era mais um instrumento de legitimação da ordem capitalista. A ação proposta é a co-educação das classes, isto é, colocar em uma mesma sala de aula filhos tanto da burguesia quanto do proletariado, representantes de todos os espectros sociais.

(...) Fundamentalmente Ferrer compreendia o conceito de co-educação de forma original. Para além da simples convivência entre sexos opostos, Ferrer entendia a co-educação como fórmula capaz de abrigar numa mesma sala de aula, na mesma escola, crianças de classes sociais diferentes. Para Ferrer, uma escola exclusiva para uma ou outra classe social teria, forçosamente, que optar por incutir nas crianças os sentimentos de ódio, próprios dos adultos, ódio resultante da luta de classes, o que só serviria para atrapalhar a educação infantil. (GHIRALDELLI, 1987, p. 114)

Deste modo, quando o educador catalão criticava a escola laica ou religiosa, acusando-as de ideológicas, as acusava de ocultar a exploração para manter a dominação; por outro lado, quando levanta a bandeira da uma escola racional e científica, está propondo uma educação que, através da ciência revele a exploração para possibilitar a consciência da dominação e a conseqüente revolta contra ela. Por isso, defendia que uma ação pedagógica conscientemente elaborada colaboraria para a erradicação da ignorância e para a revolta dos explorados.

1.1.4 - As iniciativas anarquistas em educação.

Apesar da grande combatividade e de sua contribuição às lutas operárias, os libertários não conseguiram resistir à ofensiva repressiva do Estado. Por outro lado, também é verdade que apesar da utopia presente em suas bandeiras, além de não possuírem um plano explícito de política educacional, a ação libertária não se pautou apenas pelo voluntarismo. Assim, no âmbito da educação, foram várias as experiências e iniciativas próprias de dirigentes libertários.

Segundo Francisco Foot Hardman, no Rio de Janeiro, em 1904, foi fundada a *Universidade Popular de Ensino Livre*¹⁵, sob a iniciativa das lideranças sindicais locais, que sucumbiu diante das dificuldades econômicas, além da distância que separava a cultura erudita dos professores em relação ao analfabetismo predominante no meio operário carioca. (1989, p. 296).

Além desta realização, cabe ressaltar a criação dos Centros de Estudos Sociais, cujo objetivo era também instrumentalizar a luta dos trabalhadores contra a burguesia. Os sócios eram recrutados entre os trabalhadores urbanos e indivíduos das camadas médias. Através da discussão das idéias anarquistas, geralmente conduzidas pelos membros mais experientes, os trabalhadores tomavam contato com as propostas anarquistas. Nesse sentido, alguns centros tornaram-se verdadeiras instituições de formação de quadros para o movimento sindical.

De outra parte, o teatro operário era também encenado nas sedes das associações sindicais ou em pequenas casas de espetáculos nos bairros. Combinavam-se nessas apresentações formas de divulgação das idéias libertárias, tais como palestras, discussões de textos etc. Um outro aspecto dessa produção cultural ligada à emergência do operariado brasileiro foi a própria imprensa operária, que se constituiu em uma atividade das mais importantes enquanto instrumento básico de organização dos trabalhadores. Em geral, eram jornais e revistas de propaganda, de periodicidade irregular, os quais sobreviviam à base de listas de doações voluntárias por parte dos militantes e simpatizantes.

Assim, o interesse pela criação de escolas e o debate educacional se fizeram presentes no meio operário, que recebeu atenção dos Congressos Operários de 1906, 1913 e de 1920. No primeiro ocorrido em 1906, segundo Gallo e Moraes, já encontrava-se presente a disposição de criação de escolas por meio dos sindicatos. No entanto, a perseguição do educador espanhol Ferrer y Guardia mobilizou inúmeros setores do movimento libertário. Por meio das manifestações de solidariedade diante dos acontecimentos ocorridos na Espanha, o ideário da Escola Moderna foi difundido, inclusive no Brasil.

Com o objetivo de divulgar e colocar em prática as idéias de Ferrer, os anarquistas brasileiros organizaram, em 1909, o “Comitê pró-Escola

¹⁵ Segundo Ghiraldelli, ao contrário dos Centros de Estudos, a Universidade popular não foi uma iniciativa ligada exclusivamente ao Movimento Operário, mas sim uma obra de literatos e intelectuais libertários em sua maioria, contando com o apoio de alguns militantes socialistas. (1987, p. 120)

Moderna”, com a finalidade de incentivar e criar escolas racionalistas no Brasil. (GALLO e MORAES, 2005, p. 93)

Dessa forma, a obra de Ferrer conquistou as lideranças operárias e contribuiu para o movimento de criação de escolas modernas. No entanto, a experiência das Escolas Modernas no Brasil não foram duradouras, fato que pode ser atribuído à ação repressiva do Estado contra o anarquismo.

Em São Paulo, a Escola Moderna n.º 1 foi fundada em 1912, pelo professor e diretor João Penteado e, no mesmo ano, foi fundada a Escola Moderna n.º 2, pelo também professor e diretor Adelino de Pinho.

As experiências de educação libertária em São Paulo tiveram breve duração, funcionando de 1912 a 1919, ano em que foram fechadas pela polícia e pelo Diretor de Instrução do Estado, com a suspeita de ligação com o anarquismo e acusadas de propagar ideologia perigosa aos valores e à moral da sociedade brasileira. Serviu de justificativa para o fechamento das escolas a explosão de uma bomba em uma casa, ocasionando a morte do Diretor da Escola Moderna de São Caetano. A partir desse momento, todas as demais escolas foram fechadas. (GALLO e MORAES, 2005, p. 95)

Com efeito, as Escolas Modernas constituíram-se no paradigma do ensino racionalista no Brasil. Porém, como legítimo representante dos interesses dominantes, o Estado brasileiro procurou dissolver as experiências libertárias ao longo de sua trajetória durante a República Velha. Era necessário calar a resistência dos trabalhadores como forma de constituir um projeto que atendesse aos interesses liberais burgueses. Com a intensa repressão aos libertários através da perseguição, empastelamento de jornais e deportação sistemática dos anarquistas de nacionalidade não-brasileira, o movimento até então hegemônico no meio operário perdeu espaço para o comunismo. Dessa forma, as escolas libertárias foram sucumbindo diante da conjuntura interna desfavorável.

Por fim, cabe ressaltar que a predominância dos anarquistas entre as lideranças operárias no período em questão contribuiu para o abrandamento das lutas pela educação pública e obrigatória, o que, diga-se de passagem, era totalmente coerente com os propósitos libertários. Afinal, a educação mantida pelo Estado ou pela Igreja era vistas como dogmática, o que funcionava como um obstáculo ao desenvolvimento autônomo dos trabalhadores.

1.1.5 Os comunistas e a educação.

É impossível falarmos da origem do comunismo no Brasil, ou melhor, do Partido Comunista do Brasil sem uma referência ao anarco-sindicalismo, que ao promover as lutas operárias criaram condições de consciência de classe para o desenvolvimento da ideologia comunista. Na verdade, o movimento comunista nasce nas entranhas das derrotas sofridas pelo operariado no final dos anos 10 do século XX.

O início dos anos 20 foi duro para com o sindicalismo brasileiro. No campo econômico o país se transformava rapidamente, assumindo cada vez mais uma situação de real subordinação do trabalho ao capital. O trabalho fabril adquiria uma nova dinâmica, influenciado pela adoção de tecnologia moderna; o número de grandes fábricas cresceu e a quantidade de mulheres e menores presentes no trabalho industrial aumentou consideravelmente. Tudo isso pegou de surpresa as lideranças anarquistas e anarco-sindicalistas brasileiras. Além disso, o Movimento Operário, sob o comando anarco-sindicalista, parecia não conseguir se recuperar dos golpes sofridos a partir de 1917, com as derrotas dos movimentos grevistas no Rio e em São Paulo, com a expulsão dos estrangeiros, com o fechamento de escolas. (GHIRALDELLI, 1987, p. 141-142)

Os limites próprios do anarquismo, tais como o espontaneísmo e a negação da luta político-partidária levaram ao esgotamento do movimento, que entre outras questões, tiveram que se defrontar com um outro caminho apontado pela Revolução de Outubro de 1917¹⁶. Dessa forma, a experiência russa um novo elemento na pauta das discussões teóricas do proletariado, ou seja, as condições e formas de organização dos trabalhadores constituem-se em tema central do embate entre comunistas e os anarquistas, que recusavam a idéia de uma direção política centralizada propostas pelos primeiros.

Assim, o refluxo do anarquismo expressava o surgimento de uma nova perspectiva de organização do proletariado como classe, o que resulta na fundação do PCB em 25 de março de 1922¹⁷ e reconhecido mais tarde como seção brasileira da III Internacional. Como aponta GhiraldeLLi, é o momento de mudança na trajetória das lutas operárias no Brasil. Porém, cabe ressaltar que houve o encantamento com os resultados da revolução, transparecendo inclusive em algumas publicações libertárias.(p. 144)

No âmbito da educação, coube ao PCB a divulgação dos êxitos pedagógicos processados na Rússia revolucionária. Porém, na medida em que o partido se organizava

¹⁶ É evidente que o refluxo do anarco-sindicalismo e o surgimento do movimento comunista no meio operário não implicou no desaparecimento por completo das correntes libertárias.

¹⁷ A Revolução Russa de 1917 e as divergências político-ideológicas entre comunistas e libertários geraram o necessário embate teórico entre as vanguardas operárias. A criação do Partido Comunista ligou-se intimamente a esta conjuntura. Dessa forma, muitos egressos do anarquismo contribuíram para a formação do Partido Comunista.

internamente e ampliava sua base territorial, outras reflexões ganharam espaço entre os militantes. Era necessário posicionar-se diante de uma conjuntura interna marcada pelas revoltas tenentistas, bem como diante das alternativas em jogo na sociedade, e a questão educacional não poderia ficar de fora.

1.1.6 - A questão educacional para o PCB.

Em primeiro lugar é importante que se diga que a plataforma comunista não comungou dos pressupostos liberais presentes no movimento renovador dos anos 20 do século anterior. Mesmo não sendo a educação a prioridade central, os comunistas defenderam a expansão do ensino escolar, além de ampliar as reivindicações dos socialistas.

O PCB orientou sua prática para a formulação de planos de uma política educacional, bem como a difusão de idéias e concepções político-pedagógicas cuja matriz encontrava-se na Rússia revolucionária, além da preocupação com a formação de quadros preparados para a militância política através de cursos e publicações do partido¹⁸. Dentro da perspectiva exposta, a reivindicação da expansão do ensino público era um pré-requisito para a instrumentalização das lutas políticas do operariado.

Nesse sentido, a plataforma partidária no âmbito da educação não ficou apenas no papel. Segundo Ghiraldelli, o BOC (Bloco Operário Camponês), que conseguiu eleger dois vereadores para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e um Deputado, deixava muito claro a sua proposta na esfera educacional, que podemos sintetizar nos seguintes pontos: a) extensão e obrigatoriedade do ensino primário; b) auxílio econômico às crianças pobres; c) multiplicação das escolas profissionais para ambos os sexos; d) melhoria das condições de vida do professorado primário; e) subvenção às bibliotecas populares e operárias. Cabe ressaltar ainda a luta dos vereadores no sentido de cumprirem os dispositivos da plataforma exposta.¹⁹ (p. 149-150)

¹⁸ Segundo Ghiraldelli, há registros de vários cursos de marxismo-leninismo organizados pelo PCB durante os anos 20 do século passado, além da distribuição de textos políticos. (p. 156)

¹⁹ A orientação adotada pelos comunistas brasileiros expressava a tática de frente única operária colocada pela Internacional Comunista, já anunciada em seu III Congresso (junho e julho de 1921). No jornal *A Nação* em 5 de janeiro de 1927, é publicado a **Carta Aberta da Comissão Central Executiva do Partido Comunista do Brasil**. No referido documento, defendia-se a necessidade do proletariado intervir de maneira direta e

Como se percebe, em oposição aos libertários, os comunistas levantavam a bandeira do ensino público obrigatório. Porém, cabe destacar que ao contrário da visão liberal republicana que associava a exclusão com o despreparo do trabalhador, a proposta do BOC levantava a bandeira de escolas profissionais para ambos os sexos, mas não destinada exclusivamente para os pobres, e sim como **escola única**. A bem da verdade, não se tratava de uma educação para as artes manuais, mas a proposição de uma educação politécnica. Por fim, a defesa da profissionalização do magistério é outro aspecto que podemos salientar, o que rompia com a perspectiva, até então presente em amplos setores do movimento operário, do professor como sacerdote.

No entanto, a discussão educacional no âmbito do movimento operário nos anos após Revolução de 1930 ficou comprometida. De um lado, pela ação repressiva combinada com uma política que procurava “disciplinar” as ações do proletariado via subordinação dos sindicatos ao recém criado Ministério do Trabalho. Para o Estado, a legislação trabalhista tinha uma finalidade especial: impedir a organização autônoma dos trabalhadores. Evidentemente, essa ofensiva do Estado contribuiu para silenciar propostas oriundas do proletariado. Por outro lado, o movimento escolanovista expressou o ideal liberal de ascensão pela educação, o que contribuiu para o não questionamento das bases materiais da desigualdade.

independente nas eleições. A presença de candidatos comprometidos com as causas operárias seria um instrumento de luta contra os interesses da burguesia. Naturalmente, a corrente anarco-sindicalista era totalmente avessa à participação – ainda que contestatória – nos quadros das instituições burguesas.

Instituições consultadas.

1. Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo (CEDESP)

Bibliografia.

- BARROS, Edgar Luiz e FARIA, Antônio Augusto da Costa. Democracia, mas sem a classe operária. In: MENDES JR., Antônio e MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História – texto e consulta: era Vargas*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flararion S. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da Conceição. Partidos políticos e educação: a extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo. Cascavel: Edunioeste, 2000.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz em Terra, 1987.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.
- FERNANDES, Florestan.(Org.) *K. Marx, F. Engels : historia* . São Paulo: Ática, 2003.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FONTANA, Josep. *A História dos homens*. Bauru:Edusc, 2004.
- GALLO, Silvio e MOARAES, José Damiro de. Anarquismo e educação: a educação libertária na Primeira República. In: STEPAHANOU, Maria e BASTOS, MARIA Helena Câmara (Orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil Vol. III: século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GHIRALDELLI JR , Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. A burguesia industrial na luta de classes in: MARANHÃO, Ricardo (org.) *Brasil História: texto e consulta* (vol. 4) São Paulo: Hucitec, 1989.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trabalho urbano e vida operária. in: MARANHÃO, Ricardo (org.) *Brasil História: texto e consulta* (vol. 4) São Paulo: Hucitec, 1989
- HARDMAN, Francisco Foot. O movimento operário e a revolução de 1930 In: MARANHÃO, Ricardo (org.) *Brasil História: texto e consulta* (vol. 4) São Paulo: Hucitec, 1989
- LEONARDI, Victor. Os socialistas brasileiros e a social-democracia. In: : MARANHÃO, Ricardo (org.) *Brasil História: texto e consulta* (vol. 4) São Paulo: Hucitec, 1989.
- LUIZZETTO, Flávio. Utopias anarquistas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOVA, Izabel Lagoa. (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARX, K. *O capital*. Col. Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- PRIORI, Ângelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOVA, Izabel Lagoa. (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- VIANNA, Marly. *A Aliança Nacional Libertadora*. In: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOVA, Izabel Lagoa. (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.